

XVI SEMINÁRIO  
DE INTEGRAÇÃO

25 E 26  
OUTUBRO  
de 2017

DO GLOBAL AO LOCAL: O PODER DAS ESCALAS SOBRE O TERRITÓRIO



## Classe, Gênero e Raça – as Trabalhadoras Negras na Cidade de Campos dos Goytacazes/RJ.

Pauline Aparecida Ildefonso F. da Silva<sup>1</sup>

Érica Terezinha Vieira de Almeida<sup>2</sup>

Grupo de Trabalho: ST4. Trabalho e Emprego: desenvolvimento e crise

### Resumo

Este artigo pretende problematizar a consubstancialidade das relações sociais (classe, raça e gênero) mediadas pelo mercado de trabalho em Campos dos Goytacazes. Para tanto, ele se dividirá em três seções: - uma primeira que tem como objetivo apresentar o debate sobre consubstancialidade das relações sociais de modo a contribuir para a apropriação desta perspectiva nas pesquisas que articulam classe, gênero e raça na produção do fenômeno da desigualdade e da opressão; uma segunda seção que pretende trabalhar os registros quantitativos apresentados pelo Retrato da Desigualdade de Gênero e Raça no Brasil (IPEA, 2017), em especial, os indicadores de mercado de trabalho e escolaridade. E uma última seção que tratará da consubstancialidade no mercado de trabalho em Campos dos Goytacazes na atualidade, sem perder de vista o legado da escravidão e os sucessivos processos de expropriação empreendidos pela modernização conservadora no século XX. Para dar conta desta análise, serão utilizados, além da literatura especializada, os microdados do IBGE (Censo, 2010) assim como os resultados da pesquisa realizada com os beneficiários do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família no município nos anos de 2010. (ALMEIDA, 2012)

Palavras-chave: Consubstancialidade. Mercado de Trabalho. Campos dos Goytacazes/RJ.

---

<sup>1</sup>Assistente Social e aluna do Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas, da UFF em Campos dos Goytacazes/RJ. [paulinevitoria@hotmail.com](mailto:paulinevitoria@hotmail.com)

<sup>2</sup> Assistente Social e Professora do PPGDAP (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas) da UFF em Campos dos Goytacazes/RJ. [ericalmeida@uol.com.br](mailto:ericalmeida@uol.com.br)

## **A consubstancialidade das relações sociais como perspectiva de análise das desigualdades de classe, gênero e raça.**

Para que possamos apreender o conceito de consubstancialidade<sup>3</sup>, é preciso compreender sobre quais pilares este conceito está assentado. A consubstancialidade agrega em si três conceitos-chaves: o conceito de gênero, o conceito de raça (que no Brasil aparece ligado diretamente às características de fenótipos e cor da pele) e o de classe social. Sendo assim, a consubstancialidade traz para o centro do debate das Ciências Sociais as relações de gênero, raça/cor e classe como agentes contínuos, mediados por diferentes contextos. Ou seja, a perspectiva da consubstancialidade não reconhece tais elementos como superpostos e adicionais no movimento real das relações sociais, mas, como elementos complementares e imbricados, produtores e produtos das relações sociais. Nas palavras de Kergoat (2006), gênero, raça e classe – concomitantemente – convergem para que as condições de subalternidade sejam construídas e mantidas na sociedade. Para Kergoat

as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se coproduzem mutuamente. (2006, p.94).

A consubstancialidade como lente para a leitura das relações sociais permite uma análise mais aproximada das condições objetivas das mulheres negras e pobres inseridas numa sociedade extremamente desigual, como é o caso do Brasil. Em artigo publicado com Hirata, as autoras afirmam que “a classe trabalhadora tem

---

<sup>3</sup>KERGOAT, Danièle. 2012: compreendido como sistema de relações sociais que representam uma unidade de substância e coexistência de relações de dominação e subordinação provenientes ao gênero, raça e classe.

dois sexos” e que esta é somente uma das desigualdades expressadas no mercado de trabalho (HIRATA e KERGOAT,1994). Ainda segundo Kergoat (2010), não obstante as conquistas feministas durante todo o século XX, ainda são muitas as assimetrias e disparidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas, para não falarmos de outros campos como, por exemplo, o da representação política. Claro está que em pleno século XXI as mulheres ainda têm que enfrentar o sexismo<sup>4</sup> das profissões, sobretudo no que se refere à desigualdade salarial para as mesmas ocupações/profissões e o forte legado do patriarcado familiar e institucional que define e estabelece os “lugares” de cada sexo na sociedade a partir de papéis bem definidos e distintos, limitando as mulheres aos espaços domésticos e afastando-as da vida pública e das arenas políticas. Continuando, Kergoat afirma que

A distinção entre relação intersubjetiva e relação social permite compreender que, se a situação mudou de fato em matéria de relações intersubjetivas entre os sexos e nos casais, as relações sociais, porém, continuam a operar e a se manifestar sob suas três formas canônicas: exploração, dominação e opressão (que podem ser ilustradas pelas diferenças salariais, pela maior vulnerabilidade e maior risco de ser vítima de violências). Ou seja, se de um lado há um deslocamento das linhas de tensão, de outro, as relações sociais de sexo permanecem intactas. Da mesma maneira, são as práticas sociais — e não as relações intersubjetivas — que podem dar origem a formas de resistência e que podem, portanto, ser as portadoras de um potencial de mudança no nível das relações sociais. (2006, p.95).

Neste mesmo sentido, tanto o sexismo quanto o machismo agem sobre a vivência da mulher negra em sua trajetória no mercado de trabalho, já marcadas pela experiência do racismo. Mulheres negras e pobres tendem a ocupar postos de trabalho com menores remunerações, ou seja, aqueles ligados ao serviço doméstico e à serventia de modo geral. Para WALLERSTEIN (1998), por mais que a proletarização mundial não tenha acontecido como previsto por Marx, pelo menos nos países industrializados, ela não expressa somente a generalização do trabalho assalariado, mas introduz uma nova figura entre o trabalho remunerado e o não remunerado – o trabalho desvalorizado, que FALQUET (2008) chama de “vasos comunicantes” e que se trata do trabalho feminino. Wallerstein complementa afirmando que

---

<sup>4</sup>Tratamos como sexismo as atitudes de discriminação em relação às mulheres no mercado de trabalho ou fora dele.

o racismo é a fórmula mágica(...) que permite alongar ou contratar(...) inúmeros disponíveis para salários mais baixos e as funções econômicas menos gratificantes (...) Para um seguimento importante de força de trabalho, este justifica que seja atribuída uma remuneração de longe inferior à do critério meritocrático.(1997, p. 49-50)

Os autores acima pretendem chamar atenção para o imbricamento das relações de classe, raça e gênero na construção dos mercados de trabalho. Todavia, para Garcia e Garcia Jr. (2013), é preciso ter alguns cuidados quando tratamos de consubstancialidade no que tange à centralidade do conceito de classe social, que por vezes, tem tornado invisível ou opaca a análise de outras desigualdades circulantes num mesmo campo. As relações consubstanciais são “construções sociais”, que podem assumir configurações distintas no mundo, na América Latina ou mesmo no Brasil, já que dependem do contexto histórico em que foram gerados. Nesse sentido, Garcia e Garcia Jr. (2013) trazem uma importante contribuição às análises sobre desigualdade, quando afirmam que

Processos históricos diferentes implicam diferenças das configurações sociais com base no sexo, raça e em variáveis definidoras de classes sociais; análise comparativa, em escala internacional é, portanto, reveladora de certos invariantes, como por exemplo a condição subalterna de contingentes femininos ou de descendentes de africanos. (p.11).

Dito isto, torna-se cada vez mais importante analisar as desigualdades de classe em associação a outros determinantes sociais como raça/cor e gênero, na medida em que estas atenuam ou alimentam, recriando ou promovendo a manutenção e a reprodução das relações capitalistas e das suas desigualdades. Para os autores supracitados, o conceito de consubstancialidade inserido nas relações sociais está diretamente ligado ao que Garcia e Garcia Jr. (2013) chamam de “diversidade mesclada”. Assim o entrecruzamento dos conceitos apresentados revela a complexidade das relações entre gênero, raça e classe social. Podemos, então, compreender a consubstancialidade como uma perspectiva sobre as relações de gênero, raça e classe, que reconhece a ação simultânea destes fatores e sua potencialidade na produção e reprodução das relações sociais desiguais. Além disto, se reconhece que todos esses elementos, juntos, formatam vida das mulheres e inferem diferenças empíricas a cada uma delas potencializando os efeitos negativos das desigualdades sociais. Segundo Saffioti (2004), no caso brasileiro, há uma profunda necessidade de se compreender o nó formado pelo patriarcado-racismo e

capitalismo, sem desvincular os aspectos econômicos e políticos, pois, rigorosamente, tais aspectos são complementares, imbricados e indissociáveis dos aspectos sociais. Ainda segundo a autora, o patriarcado deu ao homem o papel principal nas cenas da vida e transformou por muitos anos a mulher em mera coadjuvante. Estes conceitos firmados e reafirmados por laços patriarcais guardam a base da desigualdade entre homens e mulheres no âmbito social. Continuando, Saffioti (1987) afirma que “A base econômica do patriarcado [...] consiste no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva [...]. O controle está sempre em mãos masculinas” (pags.18-19), destinando à mulher tudo o que é secundário, doméstico, naturalizando uma ideologia falsa. O conceito escolhido de patriarcado que hierarquiza poderes revela que o controle, a exploração, e a violência nas suas variadas formas são expressões da ideologia, assim como formas de manutenção da ordem patriarcal nas relações sociais.

## **A consubstancialidade no mercado de trabalho brasileiro.**

A compreensão da formação sócio-histórica do Brasil torna-se imprescindível para a análise das relações sociais consubstanciais na atualidade. É sabido pela maioria dos pesquisadores que se dedicam a acompanhar as produções sobre gênero e raça no Brasil que, historicamente, os homens negros e mulheres negras ocupam as piores posições no mercado de trabalho, aquelas mais precarizadas e menos protegidas e, por conseguinte, as menos valorizadas; têm menor acesso à educação de qualidade assim como aos demais bens e serviços fundamentais porque participam de maneira desigual do processo de distribuição da riqueza socialmente produzida no país à qual chamamos de cidadania. Este fato tem suas raízes na formação sociohistórica do Brasil, fortemente marcada pelo racismo que respaldou a escravidão legal durante o período colonial de ocupação portuguesa até 1888, e pelas relações capitalistas assentadas na divisão social do trabalho e na apropriação privada dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida. É preciso deixar claro que, quando falamos de racismo, estamos nos referindo à construção de uma ideologia (mesma quando tratada como “científica”) na qual uma raça e/ ou etnia, um grupo de identidade cultural e/ou religiosa, é percebido pela ótica da inferioridade. Ao manter o racismo durante os séculos XVIII e XIX, o

capitalismo que se constrói nas colônias se apropria do racismo elevando-o à condição legal e a argumento de sustentação que passa a articular a desigualdade de classe e de raça na reprodução do processo de dominação e opressão. Assim, analisar o mercado de trabalho como mediador das relações sociais a partir do conceito de consubstancialidade implica analisar as rugosidades desta sociedade, compreendidas como práticas sociais impregnadas que ultrapassam o tempo e mantêm-se presentes nas sociedades interferindo, quando não dando forma às novas relações. Ou seja, o processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas” (SANTOS,1977).

Lembrando o Marx, “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim, sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.” (2003,7).

Na esteira de Marx, Octávio Ianni nos lembra de que o

Brasil moderno ao mesmo tempo que desenvolve e diversifica, preserva e recria traços e marcas do passado recente e remoto, nesta e naquela região. O país parece um mapa simultaneamente geográfico e histórico, contemporâneo e escravista, republicano, monárquico e colonial, moderno e arqueológico. Toda a sua história está contida no seu presente, como se fosse um país que não abandona nem esquece o pretérito, memorioso. (1996, p.63)

Ainda que as heranças e os legados não constituam uma “camisa de força” com relação ao presente, no caso brasileiro, elas expressam a força de um projeto de modernização “pelo alto”, excludente, autoritário e elitista. Um projeto sem hegemonia e que excluiu do processo de distribuição da riqueza uma imensa parcela de brasileiros, a classe que vive do trabalho, em especial, os trabalhadores do campo. Ora, a aliança entre capitalismo (expropriação de bens de produção e exploração da força de trabalho para obtenção de mais – valia) e racismo, no Brasil, produziu uma sociedade extremamente desigual com marcas profundas no que se refere à produção de uma cultura higienista e excludente nos processos de urbanização das cidades, seja no passado, seja no presente em face dos novos projetos de gentrificação em curso.

Acreditamos, também, que para compreender a dinâmica existente entre gênero, raça e classes sociais no Brasil, mediado pelas relações de trabalho, faz-se imprescindível recuperar o legado do patriarcado, seja nas relações familiares, domésticas, seja no Estado, nas legislações assim como nas políticas

governamentais. A comunidade patriarcal<sup>5</sup> introduzida pela colonização no país contribuiu para a construção de uma sociedade pautada na desigualdade, na exploração, no sexismo e na discriminação racial. A escrava era para o senhor mais uma propriedade privada a qual ele poderia usar da forma que melhor entendesse. Diferente da mulher branca, o ingresso da mulher negra no mercado de trabalho será marcado por um conjunto de violações que vão além da exploração extrema da sua força de trabalho.

Numa amostra de cativos recolhidos na Casa de detenção em 1863, podemos verificar, entre suas motivações, a prisão tanto a “pedido” quanto por “insubordinar-se”, ou mesmo por “queixar-se”. Estamos, talvez, diante da formação de uma cultura de uma classe urbana entre os escravos, haja visto o auto número de cativos cozinheiros e lavadeiras. [...] A lavadeira crioula Ludovina, por exemplo, procurou a autoridade três vezes no mesmo ano. No registro prisional feito, está marcado deu crime: “queixa-se”. Reclamar no caso de Ludovina, poderia ser a tentativa de protestar contra seu senhor ou seus clientes. [...] Entre aqueles presos por “queixa-se (certamente acusados de insolentes), temos um grande número de mulheres lavadeiras. (NEGRO e GOMES, 2013.p.58)

Luta e resistência foram palavras adiantadas no vocabulário das mulheres negras. Era necessário resistir e elas acreditaram que valia a pena continuarem vivas.

Vale ressaltar que, quando falamos de negra/negro, referimo-nos ao conceito de negro segundo o IBGE, representando a contagem total dos pretos e pardos. Ao pensarmos a situação da mulher, percebemos que a mulher negra compõe a parcela da sociedade cuja força de trabalho é comercializada pelo mínimo ou abaixo do mínimo para a sua reprodução social. Herança da desigualdade alicerçada num passado escravocrata que dominou a sociedade brasileira por quase quatro séculos. Assim, recai sobre os ombros das mulheres negras dois desafios: o primeiro, de vencer o preconceito de gênero e o segundo, o de lutar contra a discriminação racial, as segregações e os abusos e, contra as múltiplas expressões da desigualdade social.

---

<sup>5</sup> O patriarcado expresso nas relações familiares e na divisão do trabalho é o “germe da propriedade privada”, pois forma a noção de família que nada mais é do que a instituição do patriarcado, ou a dominação do homem sobre os demais componentes do seu grupo / família e que transforma mulheres, crianças na sua primeira e inalienável propriedade privada, assim como estabelece parâmetros de desigualdades sociais. (ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução de Ruth M. Klaus: 3ª. Centauro Editora, São Paulo, 2006).

A desigualdade e pobreza no Brasil têm sexo e cor/raça. A história mostra-nos, através do racismo, do preconceito sexual e da indiferença face aos miseráveis, a facilidade com que se desumaniza o "diferente" ou "inferior" sem que nos sintamos minimamente responsáveis. (Vilhena,2007).

Clara está a desvantagem social da mulher negra na sociedade brasileira. Desta forma, torna-se necessário analisar a sua condição de trabalhadora, enfatizando as diferentes formas de inserção no mercado de trabalho na atualidade como forma de identificar as relações consubstanciais e a partir disto buscar meios para que tais relações sejam transformadas. A mulher negra foi cozinheira, faxineira, ama de leite, dama de companhia, babá, quituteira, lavadeira, vendedora ambulante, fonte reprodutora de escravos, curandeira, foi fonte de prazer, trabalhadoras da lavoura, cuidadoras. A marginalização<sup>6</sup> do trabalho da mulher negra na contemporaneidade configura-se como expressão da própria inserção desta mulher no mercado de trabalho. E hoje? Em pleno século XXI? Como se dá a inserção da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro?

O mercado de trabalho pode ser considerado como um revelador das desigualdades de classe, raça e gênero no Brasil. O mercado de trabalho manifesta a heterogeneidade consubstancial das relações sociais, alocando os indivíduos em diferentes níveis e funções a partir de seleções quanto ao nível de estudo e experiência profissional, por exemplo. Alguns estudos que tratam das raízes das desigualdades no mercado de trabalho brasileiro, reafirmam a visão de que é na distribuição da educação e na determinação de seus retornos que reside a causa chave da desigualdade brasileira. Assim, compreende-se que o racismo institucional que promove a apartação de grande parcela da população a bens e serviços - como é o caso da educação -, gera um efeito mantenedor das relações sociais desiguais na sociedade. O padrão da escolaridade<sup>7</sup> associado à ideologia do patriarcado limitou, por muito tempo, o avanço dos níveis de estudo da mulher, dificultando o seu acesso à universidade e gerando a desvalorização da força de trabalho feminina. Embora essa experiência venha se transformando, como apresentaremos mais adiante, as jovens negras e pobres ainda são as que mais deixam a escola

---

<sup>6</sup> Isso explica em parte as divergências entre o feminismo burguês e o feminismo negro.

<sup>7</sup> [...] caracterizado por um círculo vicioso, em que uma grande heterogeneidade educacional gera uma grande desigualdade de riqueza, que se transforma em grandes diferenças de poder político, que por sua vez geram uma política educacional que perpetua a desigualdade educacional inicial (FERREIRA, 2000, p.144).



precocemente, seja em virtude da gravidez ou ainda porque seus companheiros não permitem que elas voltem aos estudos. Cabe ressaltar que:

As desigualdades de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz ou do padrão de desigualdade social no Brasil, padrão esse que, como já foi assinalado, está na raiz da permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social. As desigualdades e a discriminação de gênero e raça no Brasil são problemas que dizem respeito à maioria da população: as mulheres representam 42% da População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil e os negros, de ambos os sexos, representam 45%. Somados, correspondem a 68% da PEA, ou seja, 55 milhões de pessoas. As mulheres negras, por sua vez, correspondem a 18% da PEA, o que significa 14 milhões de pessoas e, como resultado da dupla discriminação de gênero e raça, apresentam uma situação de sistemática desvantagem em todos os indicadores sociais e de mercado de trabalho considerados. (GRPE/OIT, 2016.p.51).

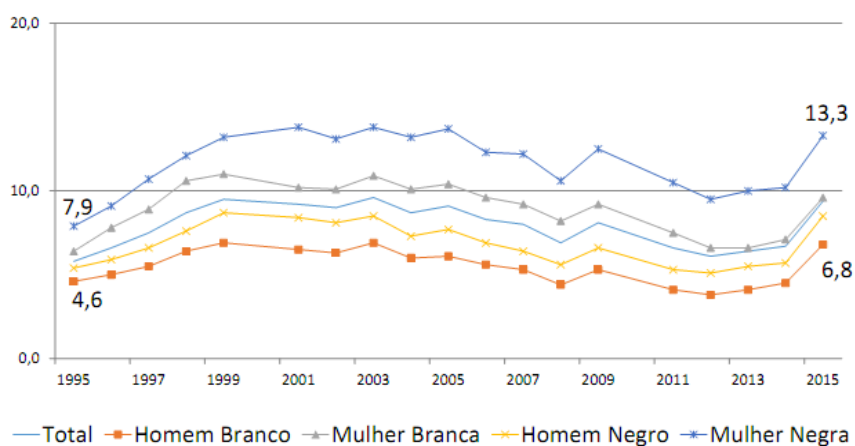
Considerando a desvalorização do trabalho feminino em termos econômicos e sociais e dos papéis sociais desempenhados pelas mulheres e, ainda, que mulheres negras desempenham funções ainda mais subalternas do que as mulheres brancas, pode-se concluir que as mulheres negras são mais vulneráveis à pobreza e, portanto, mais sujeitas às ocupações precarizadas, desprotegidas socialmente e de menor remuneração. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (2017), gênero e raça/cor são fatores essenciais para determinar a possibilidade e qualidade de acesso a um emprego e condiciona a forma por meio da qual os indivíduos e as famílias vivenciam a situação de pobreza e conseguem ou não superá-la. Neste sentido, este ciclo que associa pobreza, falta de acesso à educação, inserção precoce e precária no mercado de trabalho e baixos salários, dentre outros, configura, em grande parte, as relações de produção e reprodução social dos trabalhadores empobrecidos. Não por acaso que pobreza, desemprego e desigualdade de gênero e raça têm sido um dos temas mais relevantes nos últimos anos tanto no Brasil como na América Latina. Estudos de projeção para a América Latina e Caribe (OIT/2017) indicam que no final do ano de 2017 a taxa de desemprego chegará a 8,4%, o ponto máximo de uma década. Inseridas neste contexto, as mulheres são as mais prejudicadas. Se a previsão se cumprir a taxa de desocupação feminina fechará em 9,8 %.

No Brasil, em 2015, a taxa de desocupação das mulheres negras era de 13,3%, conforme a Tabela 1. No entanto, entre as ocupadas, a imensa maioria das mulheres negras e pobres está inserida em serviços domésticos ou similares.

Segundo a PNAD (IBGE, 2016), o Brasil tinha 6.158 milhões de trabalhadores(as) domésticos(as), dos quais 92% eram mulheres. Em 2015, 88,7% dos(as) trabalhadores(as) domésticos(as) entre 10 e 17 anos eram meninas e 71% eram negras.

Tabela 1

Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça - Brasil, 1995 a 2015



Fonte: PNADE/IBGE Elaboração IPEA/DISOC/NINSOC 2017.

Em Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça no Brasil (IPEA, 2017), foi possível problematizar alguns dados que nos auxiliaram na compreensão das relações de consubstancialidades no mercado de trabalho na atualidade. Segundo o mesmo, a taxa de participação da população feminina em idade ativa (de 16 a 59 anos) trabalhando ou à procura de emprego, no período de 1995 a 2015, oscilou entre 54% -55%, não tendo jamais chegado a 60%. Isto significa que quase a metade das brasileiras em idade ativa não está inserida no mercado de trabalho e nem à procura de trabalho. São mulheres que assumem os trabalhos domésticos e de cuidado da família, tradicionalmente, legados às mulheres como funções femininas. Outra explicação encontra-se na pouca escolaridade e na dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, como veremos mais adiante.

Em 2015, a taxa de desocupação feminina era de 11,6% e no caso das mulheres negras de 13,3%<sup>8</sup>. Chama atenção a centralidade do emprego doméstico entre as ocupações femininas. No caso das mulheres negras, o emprego doméstico

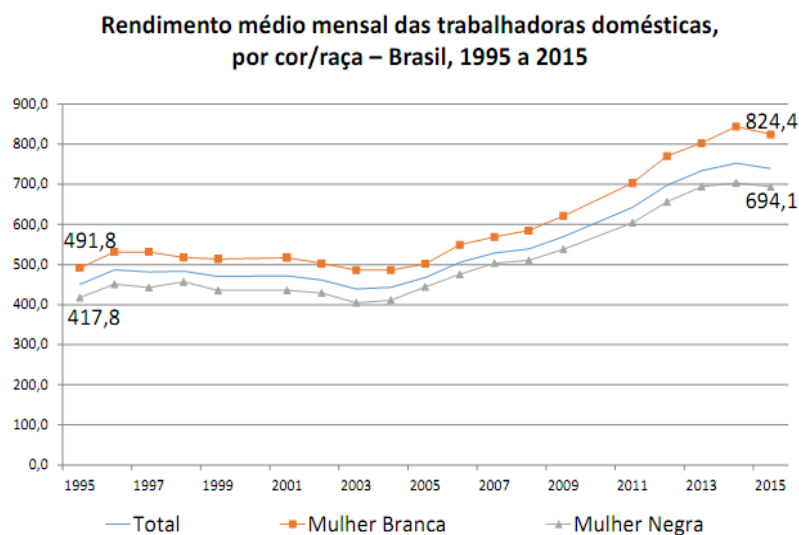
<sup>8</sup> Os maiores patamares encontram-se entre as mulheres negras com ensino médio completo ou incompleto (9 a 11 anos de estudo). Neste grupo, a taxa de desocupação em 2015 foi 17,4%. (IPEA:2017)

refere-se a 18% das ocupações. No entanto, apesar de constituírem o maior grupo entre as domésticas, ainda permanecem as desvantagens das trabalhadoras domésticas negras em relação às brancas no item formalização e proteção social. Enquanto 29,3% das trabalhadoras domésticas negras tinham carteira assinada em 2015, entre as brancas, esse índice chegava a 32,5%.

A proporção da população sem renda própria também sofreu mudanças nas últimas duas décadas. Neste caso, o viés de gênero é bastante evidente, fazendo com que entre as mulheres, seja muito maior a proporção de pessoas sem renda, o que está diretamente relacionado à menor participação feminina no mercado de trabalho. Percebe-se, no entanto, uma redução importante nessa proporção ao longo do período analisado. Entre as mulheres negras, por exemplo, 46,7% não possuíam renda própria em 1995. Em 2015, essa taxa foi reduzida para 27,3%. Esta redução tem relação com a ampliação do acesso aos benefícios assistenciais (BPC) e aos Programas de Transferência de Renda Condicionada (Bolsa Família) por parte das famílias mais empobrecidas, em especial, pelas mulheres responsáveis pelos arranjos monoparentais, ou seja, sem a presença do cônjuge.

Todavia, a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho assim como a promoção /universalização das Políticas de Igualdade Racial continuam sendo um desafio tanto no que se refere à melhoria das condições objetivas e concretas dessas mulheres e suas famílias, quanto para a construção e o fortalecimento da sua identidade cultural, uma dimensão central na afirmação da cidadania desse grupo social. Sobre a desigualdade de rendimentos tendo como referência a cor/raça, a Tabela 2 corrobora a desigualdade entre trabalhadoras brancas e negras no mercado de trabalho, como será apresentado no próximo item relativo ao mercado de trabalho local.

Tabela 2



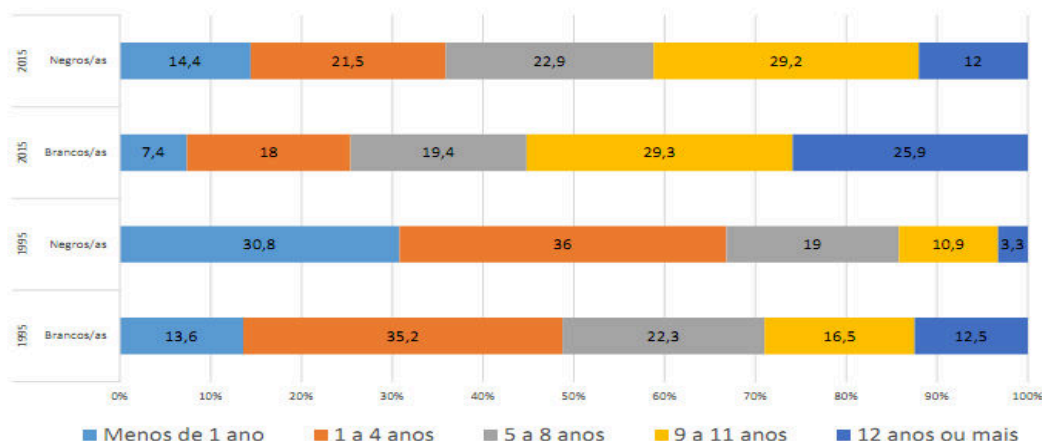
Fonte: PNADE/IBGE Elaboração IPEA/DISOC/NINSOC 2017.

Como já salientamos, os rendimentos têm uma relação íntima com a escolaridade, que aparece como uma dimensão importante, embora não seja a única, na conquista de melhores posições no mercado de trabalho e, por conseguinte, de melhores salários. Além de um fator importante na melhoria do rendimento, o acesso à educação, de maneira geral <sup>9</sup>, permite a reelaboração do mundo a partir de novas perspectivas e interesses, ou seja, ela é fundamental para a construção de subjetividades críticas e, também, do fortalecimento das identidades tradicionalmente subalternizadas. A Tabela abaixo contribui para refletirmos não só sobre a escolaridade no país, por gênero e cor/raça, mas, principalmente, para problematizarmos sobre as possibilidades das políticas governamentais e sua urgência.

<sup>9</sup> Embora reconheçamos que nem todas as Escolas atuam da mesma forma, ou seja, de que nem todas realizam a tarefa de construir um cidadão crítico capaz de desconstruir e de desconfiar dos mitos da colonização, do patriarcado, do sexismo e de tantas outras ideologias que nos distinguem e subalternizam, acreditamos na educação como prática da liberdade como afirmava Paulo Freire.

Tabela 3

**Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade, por cor/raça e faixa de anos de estudo – Brasil, 1995 e 2015**



Fonte: PNADE/IBGE Elaboração IPEA/DISOC/NINSOC 2017.

Inicialmente, cabe registrar a melhoria dos indicadores de escolaridade nos últimos 20 anos, em virtude dos Programas de Transferência de Renda condicionados à frequência escolar. Além disso, a expansão da rede pública e das matrículas e do transporte escolar possibilitou a universalização do ensino fundamental no país, ainda que este seja objeto de crítica, diminuindo o tempo de estudo entre pobres e ricos. No entanto, ainda salta aos olhos a discrepância entre brancos e negros no que se refere ao grupo com maior escolaridade, 25,9% contra 12%. Embora esse dado nos indique que os brancos com maior escolaridade representam o dobro dos negros em igual posição, ele nos revela, também, que a participação dos negros neste grupo cresceu 300% nas duas últimas décadas. Certamente em razão das políticas públicas de afirmativas que estabeleceram cotas raciais e sociais nas Universidades Públicas estaduais e federais. Outro dado favorável refere-se ao crescimento do percentual de negros com 9 a 11 anos de estudo, de 10,9% em 1995 para 29,2% em 2015. Se observarmos com cuidado, esse percentual se iguala entre brancos e negros em 2015 (29,2% e 29,3%).

Esses dados são de extrema importância para refletirmos sobre os impactos positivos das políticas públicas universais, neste caso, de Educação aliada às

políticas de recorte racial/cor. As pesquisas sobre a implementação da política de cota em todo o território nacional tem apontado resultados bastante positivos no que se refere à democratização do acesso à Universidade, ainda que precisemos avançar na política de permanência dos mesmos, já que o índice de evasão dos jovens universitários vem crescendo e ameaçando o resultado da política de cota, nos últimos dois anos.

Todavia, no que tange à escolaridade das mulheres negras em idade adulta, os dados apontam o que a literatura já vinha chamando atenção, ou seja, para o abandono da escola ainda em idade escolar, considerando que tal público não contou com as políticas de permanência de crianças e adolescentes na escola, nem tampouco, com os programas universais de combate ao trabalho infantil citados anteriormente. Cabe registrar que tais programas/políticas governamentais têm início na segunda metade da década de 90 e veio se generalizando como modalidade de intervenção social no final desta década, início do novo século.

## **A mulher negra e o mercado de trabalho na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ**

O município vivenciou a escravidão negra por quase trezentos anos, o que, para a literatura especializada, torna a cidade um campo privilegiado para os estudos sobre a consubstancialidade das relações sociais na construção de um mercado de trabalho desigual e fortemente marcado pelo racismo e sexismo. Como em todo o Brasil, a mão de obra escrava na cidade de Campos dos Goytacazes se configurou como um fator impulsionador da acumulação e expansão do sistema pré-capitalista fruto do trabalho compulsório aliados ao comércio de escravos e a exportação de produtos primários. Segundo Rezende (2012, p.5), “a escravidão além de base econômica da colonização brasileira foi também o fundamento de todas as esferas da vida social e política”. Ou seja, a escravidão imprimiu a desigualdade e a exclusão como regras básicas da sociabilidade brasileira. Neste sentido, Rafaela Machado Ribeiro (2012), ao analisar as relações de inserção do negro no mercado de trabalho no pós-abolição na sociedade campista, afirma que a abolição não libertou o negro do preconceito de cor sofrido por ele, mas uniu o preconceito de cor com o de classe, processos discriminatórios presentes no processo de constituição do Brasil e, principalmente, da Região Norte Fluminense. A

autora também afirma que a cor desempenha o papel de um símbolo, uma referência que situa um indivíduo num certo degrau da escala social. (2012)

Nesta perspectiva, Bastide e Fernandes (2008, p.140) apresentam que “o preconceito de cor, cuja função era justificar o trabalho servil africano, vai servir agora para justificar uma sociedade de classes”. Assim, após a abolição da escravidão, negras e negros tiveram inicialmente como opção de subsistência o trabalho nas antigas atividades nas terras dos antigos senhores como trabalhadores livres. Esses vínculos permaneceram até meados do século XX. Segundo Neves (1986), do início do século XX até a expansão das atividades agrícolas pelas usinas (década de 40), essa cultura era realizada por colonos, moradores ou trabalhadores alugados. Com a mecanização da atividade agrícola, nos anos de 1940/50, a região assistiu a um primeiro movimento de expulsão dos trabalhadores do campo pós-escravidão, substituídos por tratores e caminhões, prioritariamente. Assim, se as lavouras de cana-de-açúcar representaram até meados do século XX a forma comum de subsistência da classe trabalhadora na região, sendo ao mesmo tempo espaço de trabalho e lugar de convivência e moradia, a expulsão dos trabalhadores do campo re-territorializa os trabalhadores rurais, lançando-os num novo processo de reprodução social sem a mediação tradicional do patrão e, também, do Estado, produzindo um intenso empobrecimento e marginalização dos trabalhadores rurais.

Entendido como uma forma de ordenamento do espaço, o processo de urbanização<sup>10</sup> traz ao centro do debate, mediações particulares, tornando esse espaço cada vez mais complexo e determinado. Daí a necessidade de nos esforçarmos para apreender as múltiplas dimensões e escalas presentes na sua constituição. Esta construção histórica do espaço regional assim como do seu uso e suas territorialidades, traz elementos relevantes para que possamos pensar de que forma a urbanização tornou-se uma “obrigação” das cidades modernas, especialmente, na sua relação com o padrão de modernização capitalista aqui implementado e que, grosso modo, pode ser caracterizado por um projeto conservador, excludente e elitista.

---

<sup>10</sup>A ampliação do centro urbano, principalmente a partir do final do século XIX, propiciou o aparecimento de novos segmentos sociais e novos serviços, (...). O aumento da riqueza indicava que ao espaço urbano era necessário acrescentar os símbolos indicadores do progresso alcançado, dotando a cidade dos artefatos materiais da modernidade (como serviços urbanos água e esgoto, edifícios suntuosos, amplas avenidas calçadas, e saneamento = higienização) os símbolos de uma cidade civilizadas. (FREITAS, C. R. B. 2016, p.14.)

Nessa perspectiva, podemos afirmar que a modernização conservadora produziu e, ainda, produz, uma somatória de desigualdades, sejam em termos territoriais, econômicos, políticos e sociais, conjugadas no meio urbano, que produzem e são produtoras do que podemos chamar de espaço urbano. Desta forma, investigar a cidade torna-se um exercício de conhecer a sua história, seus processos, suas sociabilidades e seus agentes. Trabalhar a questão da mulher negra na sua interface com as relações e condições de trabalho no pós- abolição, através da sua trajetória de vida nos permitirá realizar o difícil diálogo entre desenvolvimento e espaço urbano e regional, de modo a compreendermos como as desigualdades socioespaciais se reproduzem *vis-à-vis* com a dinâmica do desenvolvimento. Para Sposito,

A diferenciação socioespacial é a marca das cidades, desde os primórdios da urbanização. Não há cidades sem divisão social d trabalho, o que pressupõe uma divisão territorial do trabalho. Essa divisão se estabelece diferentemente, no decorrer do longo processo de urbanização. (2011, p.124)

No final dos anos de 1960, início de 1970, a região vai enfrentar um novo processo de expropriação do campo, muito mais intenso do que o ocorrido na década anterior. Segundo CRUZ (1992), a mecanização da lavoura provocou um forte movimento migratório para as cidades, reforçado, também, pelas mudanças nas relações de trabalho, pela redução das atividades de colonato e parceria, pela perda da moradia e gradativo predomínio e generalização das relações assalariadas. Nas palavras de Almeida (2017),

As mudanças operadas pelo Estatuto da Terra no que se refere à concessão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais contratados por empresas, neste caso, pela agroindústria sucroalcooleira, já que grande parte dos trabalhadores rurais da Região Norte Fluminense trabalhava nas lavouras das usinas de açúcar e de álcool e não apenas para os fazendeiros fornecedores de cana para as empresas, paradoxalmente, acabou atendendo aos empresários do setor ao transferirem para o próprio trabalhador rural e para o Estado as responsabilidades para com a reprodução da força de trabalho deste segmento, permitindo à fração do capital agrário maior controle sobre o trabalho, expresso não só nos mecanismos de seleção dos trabalhadores pelos empreiteiros ou “gatos” mas, também, na intensificação da exploração com a introdução do pagamento por produtividade, isto é, por tonelada cortada. (p.220)



Ao analisar a unificação do mercado de trabalho rural/urbano de Campos, Benetti (1986) indica que

Nas novas relações contratuais dos trabalhadores simplesmente existirá o salário[...]. Nem teto, nem alimento, nem terra de subsistência farão parte da relação contratual. De trabalhador rural, de trabalhador da cana-de-açúcar, passará a ser trabalhador que trabalha na cana de açúcar, e não somente na cana de açúcar, mas em qualquer outro lugar que possibilite sua reprodução. Trabalhadores para todos os capitais.(p.65)

A maior parte desta mão de obra volátil, como já adiantamos, é oriunda dos processos de expropriação da classe trabalhadora. Esse processo de (des)territorialização dos trabalhadores rurais e de (re)territorialização no meio urbano, representou uma nova experiência para a classe trabalhadora oriunda do campo que inclui a sua imersão em áreas de ocupação (as favelas), a autoconstrução, a ocupação em atividades ligadas à construção civil e à serventia doméstica e a aproximação com uma nova sociabilidade, pautada em novas práticas e novas moralidades.

Nos anos de 1980, com a instalação da crise do setor sucroalcooleiro na região, essa atividade voltou a perder força de trabalho. A perda de centralidade dessa ocupação entre os trabalhadores empobrecidos é, talvez, a maior prova da “crise” do setor, o que fez com que os trabalhadores buscassem novas ocupações em outros setores, em especial, da construção civil e de serviços.

A combinação da crise nacional com a crise da agroindústria sucroalcooleira local foi decisiva para agravamento do desemprego no campo e na cidade. A concorrência com o Estado de São Paulo, maior produtor de açúcar e de álcool (derivados da cana), e o processo de reestruturação produtiva no setor fez com que dezenas de usinas locais entrassem em processo de falência. Algumas poucas foram vendidas para o capital “de fora”, sobretudo paulista, e outras simplesmente arrendaram suas terras ou as utilizaram como estoque. Este processo, que tem início na metade dos anos 80, vai se estender durante toda a década de 1990, com a liberalização da economia por intermédio da adoção do receituário neoliberal, da reestruturação no mundo do trabalho e da política de ajuste fiscal, promovendo uma drástica redução dos postos de trabalho no País e, por conseguinte, no município. No caso de Campos, embora a grande maioria dos trabalhadores rurais já não residisse mais nas fazendas, o fechamento das usinas provocou um forte desemprego entre os trabalhadores pauperizados e de menor escolaridade. (ALMEIDA, 2017, p.221)

Segundo estudos de CRUZ (1992), nos anos 90, a produção de cana e açúcar por usinas altamente tecnificadas passou a ser metade daquela dos anos 80, fazendo com que o emprego no setor, entre meados de 1980 e 2001, diminuísse de cerca de 50 mil para cerca de 15 mil. A perda de 35 mil postos de trabalho deslocou este mesmo tanto de mão de obra para o mercado de trabalho urbano.

Passados quinze anos, apenas três Usinas permanecem em operação e o trabalho na lavoura já não possui a centralidade de antes. De acordo com a pesquisa realizada com os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) de Campos (ALMEIDA, 2012) o trabalho na cana atingia apenas 4,1% dos trabalhadores, bem atrás das ocupações urbanas como pedreiro e ajudante de pedreiro (17,6%), faxineiro(a)/diarista (14%) e servente/ auxiliar de serviços gerais (7,5%). Se considerarmos o recorte de gênero e trabalho, observaremos que segundo o IBGE (2010), os setores de serviços e de comércio continuam como os principais empregadores da força de trabalho feminina em Campos dos Goytacazes. Ainda, segundo o IBGE (2010), a população feminina economicamente ativa era de 87.178 pessoas. Dentre elas 44.179 mil, ou seja, 51% eram mulheres pretas e pardas e 91% do total das mulheres com mais de 16 de idade estavam alocadas no setor de serviços. A taxa de ocupação das mulheres brancas com mais de 16 anos de idade era de 51,18% contra 49% das mulheres negras.

Ao observarmos os dados de escolaridade a partir do gênero, percebemos que apenas 34% das mulheres ocupadas têm ensino médio completo ou superior incompleto. As mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto formam o segundo grupo de ocupação feminina, com 30%, reproduzindo o quadro nacional no que se refere à escolaridade. No que se refere ao grupo com pouca ou nenhuma escolaridade, quase 1/3 das trabalhadoras, supomos que esse seja o grupo que ocupa as atividades precarizadas e subalternas como o serviço doméstico, a faxina, dentre outros.

Quanto ao rendimento do trabalho, os dados do IBGE (2010) indicam que a proporção de pessoas pretas e pardas com 16 ou mais de idade com rendimento de até um salário mínimo era de 34%. No entanto, se observarmos apenas a proporção de mulheres que ganhavam até um salário mínimo, ela era de 31%, o que nos leva a afirmar que uma grande parcela das trabalhadoras negras sobreviva com um salário

mínimo/mês. Dos 58.907 domicílios permanentes urbanos com mulheres responsáveis pelo domicílio, 30.032 eram de mulheres negras, ou seja, 51%.

Se tomarmos como referência os dados oriundos da pesquisa com as trabalhadoras beneficiárias do PBF, portanto, aquelas com menor renda (ALMEIDA, 2012) observaremos que 30% das mulheres trabalham como faxineira/diarista, seguidas das empregadas domésticas (14%), das manicures (8%) e das catadoras (7%) e que apenas 20% delas tinham carteira assinada, o que significa ter um melhor rendimento além das garantias trabalhistas e previdenciárias. Em sua maioria são mulheres que deixaram a escola precocemente em virtude da gravidez e do casamento e/ou união estável. Chama atenção o fato de que 24% dos responsáveis pelas famílias beneficiadas pelo PBF terem entre 18 e 29 anos, sendo que 44% deles já não conviviam com o seu companheiro.

Informações sobre o abandono da escola apresentadas pela referida pesquisa (ALMEIDA, 2012) confirmam a gravidez entre as mais jovens como uma importante justificativa para o abandono da escola: - 4% das adolescentes com idade entre 10 e 17 anos disseram que deixaram a escola em função da gravidez. Entre as jovens com idade entre 18 e 24 anos, esse índice foi de 7,5%. Como podemos observar, não é apenas a gravidez na adolescência que tem impedido que uma grande parte das jovens pobres conclua os seus estudos, dificultando a sua inserção atual e futura no mercado de trabalho, mas, principalmente, a cegueira dos governos quanto à implementação de programas que auxiliem e contribuam para que essas jovens não deixem a escola.

Não podemos concluir sem antes problematizarmos algumas informações sobre o universo das mulheres empobrecidas que não estão no mercado de trabalho e nem estão procurando trabalho. A pesquisa de Almeida (2012) revelou que 70% das mulheres adultas beneficiadas pelo PBF não estavam trabalhando. Entre os motivos apresentados, apareceram: - porque não encontra trabalho (27,5%); em virtude de problemas de saúde (27,3%) e porque não tem onde deixar os filhos (12,7%). Em entrevista, essas mulheres denunciaram a falta de apoio das políticas governamentais, confirmando as dificuldades de conciliar as atividades domésticas, do “cuidado” com a casa, com os filhos e com demais membros da família, como pai e mãe idosos e doentes, com o trabalho. Os conflitos e as tensões cotidianas provocados por esse “modelo” de família e aprofundados pela vulnerabilidade

gerada pela desigualdade renda e de acesso aos direitos vêm adoecendo as mulheres. Segundo esta mesma pesquisa, entre aqueles que responderam que não estão trabalhando em virtude de problemas de saúde, 88% eram mulheres e a média de idade das mesmas era de apenas 43 anos, isto é, em plena idade produtiva. Os dados acima chamam atenção para um conjunto de desafios que são enfrentados diariamente pelas trabalhadoras, em sua grande parte, negras, com destaque para a ausência e/ou insuficiência das políticas governamentais. Essa desresponsabilização social do poder público tem afetado o cotidiano das famílias, sobrecarregando ainda mais a mulher. O que nos leva a refletir sobre o papel do trabalho doméstico, sem remuneração e sem valorização, na reprodução das famílias empobrecidas e sua funcionalidade no circuito da valorização, cada vez mais assentado na precarização do trabalho e na sua desproteção.

## **Bibliografia**

ALMEIDA, E. T. V. A disputa pelo lixo e a resistência dos catadores em contextos de segregação socioespacial. **R. bras. Planej. Desenv.**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 215-233, mai./ago. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>.

\_\_\_\_\_. Trabalho e reprodução das famílias de trabalhadores beneficiários do bolsa família em Campos dos Goytacazes/RJ. **Vértices**, Campos dos Goytacazes/RJ, v.16, n. 2, maio/ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Relatório final projeto de pesquisa Assistência Social: universalização do direito ou assistencialização? - problematizando o significado atual da Assistência Social no enfrentamento da “questão social” no município de Campos dos Goytacazes/RJ - 2009 a 2012. UFF/NETRAD, Campos dos Goytacazes, 2012.

BALIBAR, E.; WALLERSTEIN, I. **Race, nation, classe: les identités ambiguës**. Cahiers libres. Paris: La Découverte, 1997 [1988].

BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Branco e Negro em São Paulo**. São Paulo: Global, 2008.

BENETTI, P. Unificação do mercado de trabalho rural/urbano. In: PIQUET, Rosélia (org). **Acumulação e pobreza em Campos: uma região em debate**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. p. 48-67.

BEZERRA, C. L. **A Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes no Império (1822-1889)**. Campos dos Goytacazes/RJ: Câmara Campos Editora, 2016.

CRUZ, J. L. V. Mercado de trabalho e exclusão em Campos/RJ. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p.159-176, set./dez. 1992.

\_\_\_\_\_. Análise do perfil ocupacional da população de baixa renda de Campos dos Goytacazes/RJ. In: PIQUET, Rosélia (Org). **Acumulação e pobreza em Campos**: uma região em debate. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. p. 29-47.

DAVIS. A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução livre. São Paulo: Boitempo, 2013.  
FALQUET, J. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. **Mediações**, v. 13, n. 1-2, p. 121-142, jan./jun. e jul./dez. 2008.  
Disponível em:  
<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3290/2702>> .  
Acesso em: 01/09/2017.

FERREIRA, F. H. G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

FREITAS, C. R. B. F. (Coord.). Notas sobre a fundação do Município de Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes, RJ: FCJOL. In: RIBEIRO, Rafaela Machado.

GARCIA, A. dos S.; GARCIA Jr.; A. R. (Org.) **Relações de Gênero, raça, classe e identidade social no Brasil e na França**. Rio de Janeiro: Letra capital, 2013.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014.  
Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/viewFile/84979/87743>> .  
Acesso em: 10/09/2017.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. A Classe Operaria Tem Dois Sexos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 93, jan. 1994. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16291/14832>>. Acesso em: 25 set. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero, raça e classe no Brasil**. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>>. Acesso em: 10 set. 2017.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos**, n. 86, Março 2010. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a05.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

NEGRO, A. L.; GOMES, F. dos S. AS GREVES ANTES DA “ GREVE”: AS PARALIZAÇÕES DO TRABALHO FEITAS POR ESCRAVOS NO SÉCULO XIX. Rev. Artigos e Ensaios, n. 42.

NEVES, D. Mudança tecnológica e emprego. In: PIQUET, Rosélia (Org). **Acumulação e pobreza em Campos**: uma região em debate. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. p. 86-103.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Gênero, raça, pobreza e emprego: o Programa GRPE no Brasil** / Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego (GRPE). Brasília: OIT : Secretaria Internacional do Trabalho, 2006. Disponível em < <http://www.oit.org.br/content/g%C3%AAnero-ra%C3%A7a-pobreza-e-emprego-o-programa-grpe-no-brasil>>. Acesso em: 11 set. 2017.

SAFIOTTI, H. **O poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987 (Coleção Polêmica). Disponível em: <[https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/questoes\\_de\\_genero/safiotti\\_heleieth\\_-\\_o\\_poder\\_do\\_macho.pdf](https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/questoes_de_genero/safiotti_heleieth_-_o_poder_do_macho.pdf)>. Acesso em: 14 fev. 2017

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

REZENDE, S. S. **Negros na Mata Atlântica. Território quilombolas e a conservação da natureza**. 2008. 355f. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RIBEIRO, R. M. **O negro e seu mundo**: Vida e trabalho no pós-Abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893). 2012. 237 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - CCH, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2012.

VILHENA, J. de. A violência da cor: sobre racismo, alteridade e intolerância. **Revista psicologia política**, São Paulo, v. 6, n. 12, 2006.